



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Comissão de Legislação Participativa

APENSADOS

AUTOR:  
Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul -  
CONDESESUL

DATA DE ENTREGA  
13/07/2010

EMENTA:

Sugere projeto de lei que objetiva o aperfeiçoamento da "Lei da Improbidade" (Lei n. 8.429, de 1992), acrescentando o art. 10 à referida Lei.

DISTRIBUIÇÃO/REDISTRIBUIÇÃO/VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____	
Em: _____ / _____ / _____	Presidente: _____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____	
Em: _____ / _____ / _____	Presidente: _____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____	
Em: _____ / _____ / _____	Presidente: _____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____	
Em: _____ / _____ / _____	Presidente: _____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____	
Em: _____ / _____ / _____	Presidente: _____

PARECER:

DATA DE SAÍDA



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

**SUGESTÃO Nº 219/2010**  
**CADASTRO DA ENTIDADE**

**Denominação:** Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul -  
CONDESESUL

**CNPJ:** 03.005.604/0001-19

**Tipos de Entidades:** ( ) Associação ( ) Federação ( ) Sindicato  
( ) ONG ( X ) Outros (CONSELHO)

**Endereço:** Rua Francisco de Vasconcelos, 125 e Rua Iraí de Minas,  
s/nº, Centro

**Cidade:** Estrela do Sul **Estado:** MG **CEP:** 38.525-000

**Fone:** (34) 3843.1317 / 3843.1397 / 1141 **Fax:** (34) 3843-1317

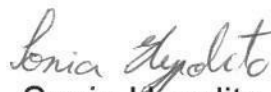
**Correio-eletrônico:** andreluis\_melo@yahoo.com

**Responsáveis:** Presidente Zoilda da Paz

**DECLARAÇÃO**

Declaro para os devidos fins que a documentação especificada nos Incisos "I" e "II" do art. 2º do Regulamento Interno da Comissão de Legislação Participativa, do Conselho supramencionado, encontra-se regularizada até a presente data e arquivada nesta Comissão à disposição de qualquer interessado.

Brasília, 13 de julho de 2010.

  
Sonia Hypolito  
Secretária da Comissão

EXMO. Sr. Presidente da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados

35

O CONDESESUL, encaminha à Egrégia Comissão, Sugestão de Projeto de Lei que aperfeiçoa a lei de improbidade

Pede Deferimento

Estrela do Sul-MG, 20/12/09

  
Zoilda da Paz

SUG de Projeto de Lei

## Aperfeiçoa a lei de improbidade

**Art 1º.** Acrescenta o inciso XVI ao art. 10 da lei 8429-92

Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

.....  
XVI – O Prefeito alienar bens móveis com valor superior a dez salários mínimos, sem autorização prévia da Câmara de Vereadores e sem avaliação prévia, ou alienar bens móveis nos 180 dias anteriores ao final do seu mandato qualquer que seja o valor. (AC)

**Art. 2º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

### **Justificativa:**

Tem se tornado comum que Prefeitos alienem bens móveis sem autorização da Câmara, em alienações fraudulentas com preços vis e sem avaliação prévia em razão de uma omissão na lei de licitações. Isto ocorre principalmente no final de mandato e há casos em que os adquirentes levam os bens sem nem mesmo depositar os valores.

Assim, visa-se normatizar esta situação, pois há bens móveis na sociedade moderna que os bens móveis valem mais que os bens imóveis (bens de raiz).

